

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.259 - SP
(2019/0205907-1)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : PRUDENT INVESTIMENTOS LTDA
ADVOGADO : JOSE MARCELINO CORREA - PR047466
EMBARGADO : OLIVEIRA IMPLEMENTOS LTDA
REPR. POR : ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO - ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : IDA MARIA FALCO - SP150749
LUIZ AUGUSTO WINTHER REBELLO JUNIOR - SP139300

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por PRUDENT INVESTIMENTOS LTDA, à decisão de fls. 181/182, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

A contradição é nítida. Os autos tramitaram até chegar a esta Egrégia corte sem qualquer problema ou mesmo alegações da parte contrária em relação à representação do Embargante. Demonstramos que o instrumento de mandato está coerente com o Código de Processo Civil e que o instrumento se encontra presente nas (folhas 07 e 08) dos Autos originais que tramitam eletronicamente no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A apresentação do Agravo em Recurso Especial observou todas as diretivas do (Artigo 1.042) do Código de Processo Civil, e caberia ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o Encaminhado dos Autos a esta Egrégia Corte, aliás, o Tribunal, segundo a Legislação, não poderá exercer qualquer juízo de valor sobre o recurso.

Concluímos que não se aplica ao caso a (Súmula 115) do Superior Tribunal de Justiça haja vista que, o requisito está devidamente cumprido uma vez que os Autos tramitam eletronicamente. (fl. 186).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Superior Tribunal de Justiça

No caso, os recorrentes, no momento da interposição do agravo, não procederam à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. José Marcelino Correa.

Não tem o condão de sanar tal vício a alegação da existência de procuração em autos principais, pois cabe à parte providenciar a juntada de cópia ou novo instrumento aos autos onde pretende interpor o recurso. A responsabilidade pelo traslado do instrumento é da parte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PARADIGMA PROFERIDO PELA MESMA TURMA DO ACÓRDÃO EMBARGADO NÃO SE PRESTA À CONFIGURAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. SÚMULA 168/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "Segundo a jurisprudência da Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, não se presta à configuração do dissídio jurisprudencial, viabilizador dos embargos de divergência, aresto prolatado pela mesma Turma que julgou o acórdão embargado". (AgInt nos EAREsp 777.815/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/06/2016, DJe 29/06/2016).

2. Não prospera a pretensão recursal, na medida em que o acórdão embargado decidiu no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte, pois que a procuração juntada em outro processo conexo ou incidental, não apensado, não produz efeito em favor do recorrente neste Tribunal Superior. O entendimento uniforme é de que cabe ao recorrente diligenciar, nos autos do recurso a ser julgado nesta Corte, a regularidade da representação processual mediante a juntada do respectivo instrumento de mandato e da cadeia de substabelecimentos existente, passada ao subscritor da peça recursal. Sem isso, não se pode, de fato, conhecer do recurso.

3. In casu, incide a Súmula 168 do STJ, segundo a qual "não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

4. *Agravo interno a que se nega provimento* (AgInt nos EAREsp 416.557/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/09/2016, DJe 07/10/2016.)

Registre-se que foi percebida, nesta Corte, a irregularidade na representação

Superior Tribunal de Justiça

processual, razão pela qual houve a intimação da parte embargante para que o referido vício fosse sanado.

Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte deixou transcorrer o prazo, sem tomar nenhuma providência. Diante disso, foi feita a decisão, ora embargada, não conhecendo do recurso. Somente agora, em sede destes aclaratórios que houve a regularização que, no entanto, não pode ser aceita, em razão da preclusão temporal (AgInt no REsp 1630054/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 4/4/2017, DJe de 11/4/2017.)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente